



O período de março e abril de 2026 na Alero foi marcado pela aprovação de leis voltadas à valorização de servidores e à reestruturação de carreiras públicas. A Casa avançou em pautas de saúde, inclusão e proteção social, estabelecendo diretrizes para o bem-estar da população. No campo econômico, destacaram-se medidas de incentivo ao setor produtivo e a modernização da gestão de infraestrutura estadual. Institucionalmente, a Assembleia priorizou a transparência e a educação política com o lançamento de ferramentas digitais e projetos de integração direta com a sociedade.

Projetos Legislativos

Lei Complementar nº 1.321/2026 - Cômputo do tempo de serviço durante a pandemia para fins de licença por assiduidade

A lei assegura aos servidores estaduais o cômputo do tempo de serviço prestado durante a pandemia da Covid-19. O período de calamidade pública passa a ser contabilizado especificamente para fins de licença por assiduidade. A medida contempla funcionários da administração direta e indireta de Rondônia^[1].

Lei Ordinária nº 6.333/2026 - Ampliação da Ajuda de Custo no Detran-RO

A Lei amplia o alcance da Ajuda de Custo para Atividade Voluntária (ACAVT) no Detran-RO. A norma agora contempla expressamente ocupantes de cargos CDS e servidores cedidos de outros órgãos em efetivo exercício na autarquia. O objetivo é conferir segurança jurídica e tratamento isonômico aos profissionais que atuam no apoio técnico-administrativo de trânsito^[2].

Lei Ordinária nº 6.334/2026 - Atualização dos Benefícios dos Servidores do DETRAN/RO

A Lei atualiza o Plano de Carreira do DETRAN/RO, assegurando o pagamento de auxílio-alimentação durante férias e licenças, como a licença-prêmio e para tratamento de saúde por até 24 meses. A norma também define o pagamento anual do Prêmio Merecimento como bônus indenizatório para servidores efetivos e celetistas. A lei entrou em vigor em 10 de março de 2026^[3].

Lei Ordinária nº 6.336/2026 - Lei de Assistência à Obesidade e Diabetes

A lei institui o Programa de Assistência Integral à Obesidade e ao Diabetes Tipo 2 no SUS estadual. A medida garante tratamento gratuito e multiprofissional, incluindo o fornecimento de medicamentos como semaglutida e tirzepatida. O

foco é a prevenção de complicações e a promoção da qualidade de vida dos rondonienses^[4].

Lei Ordinária nº 6.337/2026 - Anistia aos Policiais Militares por Manifestação de Pensamento

A lei concede anistia a Policiais Militares punidos por manifestação de pensamento nos últimos cinco anos. A norma garante a exclusão de registros punitivos e a restituição de direitos, inclusive com efeitos financeiros retroativos. Excetua-se casos de ofensa à honra ou exposição de informações sigilosas com decisão judicial definitiva^[5].

Lei Ordinária nº 6.338/2026 - Proibição da Reconstituição de Leite Importado

A lei proíbe a reconstituição de leite em pó e derivados de origem importada em Rondônia por indústrias e laticínios. A medida visa valorizar a produção leiteira regional e fortalecer a economia local, protegendo o agronegócio rondoniense da concorrência externa. Em vigor desde 10 de março, a norma excetua apenas produtos destinados ao consumo doméstico final no varejo^[6].

Lei Ordinária nº 6.339/2026 - Quitação de débitos veiculares durante fiscalização

A lei autoriza o pagamento imediato de multas e taxas via meios eletrônicos durante abordagens de trânsito. A medida evita a remoção do veículo ao permitir a regularização instantânea de débitos incidentes, como IPVA e licenciamento. A norma, publicada em 10 de março de 2026, entrará em vigor após 180 dias da data da publicação^[7].

Lei Ordinária nº 6.340/2026 - Política Estadual de Educação Inclusiva

Rondônia agora conta com a Lei nº 6.340/2026, que institui a Política de Educação Inclusiva para estudantes com deficiência, Transtornos Globais de desenvolvimento, Doenças Raras, Altas Habilidades ou Superdotação e Síndrome de Down em redes públicas e privadas. A norma assegura adaptações curriculares, apoio especializado e veda a cobrança de taxas extras ou recusa de matrícula em instituições particulares. A medida fortalece a equidade escolar por meio do ensino colaborativo e da valorização de profissionais especializados^[8].

Lei Ordinária nº 6.341/2026 - Inclusão dos números de telefone de hospitais e UBSs no site da SESAU

A Lei obriga a SESAU a listar em seu site oficial os contatos e endereços das principais unidades de saúde de Rondônia. A norma assegura informações

precisas e atualizadas, facilitando o acesso do cidadão a agendamentos e orientações sobre os serviços públicos^[9].

Lei Ordinária nº 6.342/2026 - Instituição do Mês de Conscientização da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) em Rondônia

A lei institui o mês de outubro como o “Mês de Conscientização da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)”. A iniciativa visa promover campanhas educativas e palestras para ampliar o conhecimento sobre o tema e garantir a inclusão de pessoas com necessidades complexas de comunicação, sem fala funcional, escrita ou com dificuldades significativas em se expressar^[10].

Lei Ordinária nº 6.343/2026 - Lei Estadual de Conscientização e Tratamento da Fibrose Cística

A lei institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Fibrose Cística em 5 de setembro. A norma torna obrigatório o fornecimento gratuito, via SUS/Sesau, de medicamentos prescritos para o tratamento da doença em Rondônia. Além disso, a legislação busca agilizar o atendimento ao dispensar recursos judiciais do Estado em casos específicos, garantindo o acesso contínuo à medicação^[11].

Lei Ordinária nº 6.344/2026 - Prorrogação do Prazo de Adesão ao Programa de Recuperação de Créditos de ICMS (Refaz ICMS)

A lei prorroga o prazo de adesão ao Refaz ICMS até 31 de março de 2026. Para usufruir dos benefícios do programa de recuperação de créditos, o contribuinte deve formalizar sua adesão mediante o pagamento de parcela única ou da primeira cota até a nova data limite. A medida visa ampliar a efetividade da regularização fiscal e fortalecer a economia do estado^[12].

Lei Ordinária nº 6.345/2026 - Lei de Atualização das Metas Fiscais da LDO 2026

A lei altera o Anexo de Metas Fiscais da LDO 2026 readequando a margem para despesas obrigatórias de caráter continuado. Motivada pelo aumento na arrecadação, a norma viabiliza a valorização das carreiras da Polícia Civil e assegura investimentos constitucionais em saúde e educação. A medida garante o equilíbrio das contas públicas, permitindo novos concursos e a manutenção de benefícios essenciais aos servidores^[13].

Lei Complementar nº 1.323/2026 - Reestruturação da Carreira Legislativa

A lei reestrutura o plano de carreira da Alero, reduzindo os prazos para progressão e estabelecendo novos vencimentos a partir de julho de 2026. A medida garante o reenquadramento automático dos servidores, valorizando o tempo de serviço e o capital humano da instituição. O avanço busca fortalecer a

eficiência legislativa e corrigir defasagens históricas, condicionado ao respeito aos limites fiscais vigentes^[14].

Lei Complementar nº 1.324/2026 - Revisão salarial para servidores efetivos

A lei estabelece a revisão anual de 5,5% para os servidores efetivos da Alero, com efeitos retroativos a 1º de março de 2026. A norma altera a LC nº 731/2013^[15], visando à recomposição do poder de compra remuneratório. A iniciativa assegura a valorização dos diversos grupos ocupacionais que compõem o quadro permanente da Casa Legislativa^[16].

Lei Ordinária nº 6.347/2026 - Nova Lei celebra o Dia do Trabalhador da Justiça Estadual

A lei institui o Dia do Trabalhador da Justiça Estadual em Rondônia. A ser comemorada anualmente em 20 de julho, a data integra o Calendário Oficial do Estado para homenagear e valorizar os profissionais do Judiciário. A norma, que já está em vigor, incentiva ações de reconhecimento à categoria^[17].

Lei Ordinária nº 6.348/2026 - Política Estadual de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso

A lei institui a Política “Vida Saudável Rondônia”. A iniciativa visa prevenir e combater a obesidade e o sobrepeso em todas as faixas etárias, priorizando a saúde infantil nas escolas. Entre as diretrizes estão o fomento a hábitos saudáveis, o incentivo ao aleitamento materno e a utilização de espaços públicos para ações educativas e de lazer^[18].

Lei Ordinária nº 6.349/2026- Política Estadual de Arborização Urbana

A lei institui a Política Estadual de Arborização Urbana em Rondônia. A norma promove o plantio planejado de espécies nativas para elevar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente. Entre as diretrizes, destaca-se o apoio à implementação de planos municipais e o incentivo à educação ambiental^[19].

Lei Ordinária nº 6.350/2026 - Atualiza o quantitativo de vagas para as carreiras da Polícia Civil

A lei, aprovada pela Alero, reformula a estrutura de cargos da Polícia Civil de Rondônia. A nova legislação atualiza o quantitativo de vagas para carreiras como Delegados, Agentes e Médicos Legistas, alterando a Lei nº 1.044/2002^[20]. A medida organiza o quadro funcional e define a distribuição de vagas por classe para os servidores da segurança pública^[21].

Lei Ordinária nº 6.351/2026 - Melhoria da comunicação entre as forças de segurança pública do Estado e suas viaturas

A lei assegura internet via satélite para viaturas de segurança e órgãos públicos em áreas rurais e

distritos. A iniciativa agiliza o envio de ocorrências, permite o monitoramento em tempo real e otimiza serviços essenciais de saúde e assistência social. O foco é garantir um atendimento de emergência mais célere e eficiente para toda a população rondoniense^[22].

Lei Ordinária nº 6.352/2026 - Recomposição salarial dos servidores públicos estaduais do Poder Judiciário do Estado de Rondônia

A lei assegura a recomposição salarial de 4,26% aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Judiciário de Rondônia. Com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2026, o reajuste utiliza como base de cálculo a remuneração de fevereiro do mesmo ano. A medida cumpre a previsão constitucional de recomposição para a categoria^[23].

Lei Ordinária nº 6.353/2026 - Concessão de reajuste na remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

A lei aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo, concede um reajuste remuneratório de 5% aos servidores ativos e inativos (com paridade) do TCE-RO. Publicada em 2 de abril, a norma tem efeitos financeiros retroativos a 1º de abril de 2026. A medida valoriza o quadro técnico do Tribunal de Contas, garantindo a atualização salarial da categoria^[24].

Lei Ordinária nº 6.354/2026 - Alero institui reserva simbólica de assentos em memória às vítimas de feminicídio

A lei estabelece a reserva simbólica de assentos em eventos oficiais em memória das vítimas de feminicídio e violência doméstica. A norma utiliza espaços identificados com mensagens educativas para promover a conscientização social. O objetivo é sensibilizar a população e reafirmar o compromisso do Estado com a proteção e a dignidade das mulheres^[25].

Lei Ordinária nº 6.355/2026 - Alero institui Dia do Advogado Previdenciário em Rondônia

A lei cria o Dia do Advogado Previdenciário, a ser comemorado anualmente em 10 de março. A nova data integra o Calendário Oficial do Estado, visando reconhecer e valorizar a atuação essencial desses profissionais na defesa dos direitos sociais e previdenciários dos rondonienses^[26].

Lei Ordinária nº 6.357/2026 - Autorização para Termos Aditivos com a União

A lei autoriza o Poder Executivo a aditar contratos com a União, visando o reequilíbrio fiscal do Estado sob as condições do Plano de Auxílio aos Estados. A norma permite a migração para o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF III), promovendo maior controle e transparência na

gestão financeira. As garantias contratuais originais permanecem inalteradas^[27].

Lei Ordinária nº 6.358/2026 - Lei da Taxa de Fiscalização Minerária (TFRM)

A lei institui a Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias (TFRM) e o Cadastro Estadual (CERM) em Rondônia. A medida visa o controle e monitoramento da pesquisa e exploração mineral, com 90% da arrecadação destinada ao Fundo de Proteção Ambiental e 10% à Segurança Pública. A norma busca fortalecer a governança e o desenvolvimento sustentável do setor minerário no estado^[28].

Lei Complementar nº 1.326/2026 - Abono excepcional aos servidores ativos dos cargos de Técnico Educacional e Analista Educacional da Seduc

Alero aprova abono de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para profissionais da educação. A lei garante o abono excepcional para 7.575 técnicos e analistas educacionais ativos da Seduc. O pagamento será efetuado em parcela única na folha de abril de 2026. A medida visa valorizar o desempenho funcional dos servidores e fortalecer a rede pública estadual de ensino^[29].

Lei Complementar nº 1.331/2026 - Nova Disciplina para o Rateio de Honorários Advocatícios Estaduais

A lei disciplina a titularidade, gestão e o rateio dos honorários advocatícios dos Procuradores do Estado. A norma assegura transparência ativa via portal eletrônico e estabelece critérios objetivos para o pagamento, submetendo-os rigorosamente ao teto constitucional. Além de vedar o uso da verba para despesas ordinárias do Tesouro, a lei autoriza o custeio de auxílios de natureza indenizatória^[30].

Lei Complementar nº 1.332/2026 - Gratificação de produtividade para profissionais cedidos à Sesau e Agevisa

A lei garante a Gratificação de Produtividade a servidores cedidos à Sesau e Agevisa. A medida beneficia profissionais como engenheiros e arquitetos, corrigindo distorções remuneratórias sem gerar aumento de despesas. O pagamento fica condicionado à disponibilidade orçamentária da unidade de exercício. Com isso, o Estado assegura a continuidade de serviços essenciais na vigilância em saúde^[31].

Lei Complementar nº 1.333/2026 - Lei do Fundo de Infraestrutura de Rondônia

A lei moderniza o FITHA (Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação), vinculando sua gestão ao DER-RO (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes) para dar agilidade às obras de infraestrutura. A norma assegura o repasse obrigatório de 35% da receita aos municípios de forma automática (modalidade Fundo a Fundo),

eliminando convênios burocráticos. Além disso, institui um novo Conselho Administrativo para fiscalizar a aplicação dos recursos e definir critérios técnicos de distribuição^[32].

Lei Ordinária nº 6.368/2026 - Lei de Reconhecimento e Incentivo às Fanfarras e Bandas de Rondônia

A lei reconhece oficialmente as Bandas Musicais e Fanfarras civis como Patrimônio Musical Imaterial de Rondônia. A medida visa preservar a tradição, o civismo e a identidade cultural, garantindo incentivos governamentais para manutenção e valorização dessas manifestações. Com isso, o Estado fortalece o apoio a eventos e ações educativas que promovem a formação social e artística dos jovens rondonienses^[33].

Lei Ordinária nº 6.372/2026 - Programa Estadual de Inclusão Social Produtiva para Catadores de Materiais Recicláveis

A lei institui o Programa Rondônia Recicla, focado na inclusão produtiva e valorização de catadores de materiais recicláveis. Coordenada pela SEAS, a iniciativa prevê o fornecimento de equipamentos, veículos e capacitação técnica para fortalecer cooperativas e associações. Além de fomentar a economia circular, a norma estabelece a coleta seletiva em órgãos estaduais, garantindo mais renda e dignidade à categoria^[34].

Lei Ordinária nº 6.373/2026 - Transferência da Sede do Governo de Rondônia

A lei oficializa a transferência da sede do Governo de Rondônia para Ji-Paraná entre os dias 25 e 30 de maio de 2026. A medida ocorre em virtude da realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, visando aproximar a gestão estadual do maior evento de agronegócio da região Norte. A iniciativa busca fortalecer o setor produtivo e promover debates essenciais para o desenvolvimento rondoniense^[35].

Lei Ordinária nº 6.374/2026 - Garantia de ambos os Pais ou Responsáveis junto a Crianças em consultas e internações

A lei assegura que crianças de até 12 anos incompletos tenham o direito de serem acompanhadas por ambos os pais ou responsáveis em consultas e internações em Rondônia. A norma aplica-se a unidades de saúde públicas e privadas. Em casos de risco à vida que impeçam a presença dupla, o médico deverá fornecer uma justificativa por escrito aos responsáveis^[36].

Lei Ordinária nº 6.375/2026 - Instituto Candelária recebe título de Utilidade Pública Estadual

A lei declara a Associação Instituto Candelária de Porto Velho como de utilidade pública estadual. O título reconhece a atuação filantrópica da entidade, fundada em 2019, em áreas essenciais como

assistência social, saúde e educação. A iniciativa visa fortalecer o impacto social da instituição na capital rondoniense^[37].

Lei Ordinária nº 6.376/2026 - Instituto IAPPESS recebe título de utilidade pública

A lei declara o Instituto IAPPESS (Instituto Amazônico de Políticas Públicas Estratégicas, Sociais e Sustentáveis) como de utilidade pública estadual. A norma reconhece a importância das atividades sociais, educacionais e sustentáveis desenvolvidas pela entidade em Porto Velho. A sanção governamental fortalece o papel do instituto no atendimento a comunidades vulneráveis e no fomento ao desenvolvimento regional^[38].

Lei Ordinária nº 6.377/2026 - Lei de Utilidade Pública da ACEP

A lei declara a Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho (ACEP) como entidade de utilidade pública. A norma reconhece o trabalho da ACEP no fomento ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico e social da capital. A nova legislação, de iniciativa parlamentar, entrou em vigor na data de sua publicação^[39].

Lei Ordinária nº 6.378/2026 - SBLAA é reconhecida como entidade de utilidade pública estadual

A lei declara a Sociedade Beneficente Latino Americano da Amazônia (SBLAA) como de utilidade pública estadual. Com sede em Ji-Paraná, a instituição sem fins lucrativos dedica-se à promoção do desenvolvimento humano e de tecnologias voltadas ao interesse social. O reconhecimento oficial fortalece a atuação da entidade em prol da sociedade rondoniense^[40].

Lei Ordinária nº 6.379/2026 - Rondônia institui o Dia Estadual da Polícia Judicial

A lei institui o Dia Estadual da Polícia Judicial em Rondônia, a ser celebrado anualmente em 8 de setembro. O objetivo é valorizar o trabalho fundamental de agentes, inspetores e supervisores que garantem a segurança institucional e a integridade dos tribunais. A data será marcada por homenagens, premiações e campanhas educativas sobre segurança pública e cidadania^[41].

Lei Ordinária nº 6.380/2026 - Lei de Reconhecimento Cultural do Motociclismo Rondoniense

A “Lei Antônio Nômade”, reconhece motoclubes e associações similares como manifestações culturais de relevante interesse social. A norma visa valorizar a identidade rondoniense, promover a segurança viária e integrar esses grupos à sociedade, combatendo estigmas. A lei também orienta políticas públicas para eventos educativos e sociais no estado^[42].

Lei Ordinária nº 6.381/2026 - Instituição do Dia Estadual do Campista Católico

A lei instituiu oficialmente o Dia do Campista Católico em Rondônia, com celebração anual prevista para o período do carnaval. A legislação reconhece fiéis que participam de retiros voltados à formação espiritual, oração e vivência comunitária sob ensinamentos cristãos. Sancionada em abril, a medida valoriza atividades que promovem a integração social e o fortalecimento de vínculos no estado^[43].

Lei Ordinária nº 6.382/2026 - Lei de Combate à Corrupção em Licitações Estaduais

A lei veda a participação de pessoas físicas e jurídicas sancionadas por corrupção em licitações e contratos com a Administração Pública de Rondônia. A norma alcança sanções administrativas e judiciais definitivas, impedindo também o uso de intermediários para burlar proibições. A medida estabelece consultas prévias obrigatórias a cadastros de punidos, fortalecendo a integridade e a transparência na gestão dos recursos estaduais^[44].

Lei Ordinária nº 6.383/2026 - Lei da Prioridade em Capacitação Profissional para Vítimas de Violência Doméstica

A lei garante prioridade de vaga para mulheres vítimas de violência doméstica em cursos gratuitos de qualificação técnica e profissional do Estado. A medida visa assegurar a autonomia financeira e a reinserção social dessas mulheres, exigindo apenas a comprovação por documentos como boletim de ocorrência ou medida protetiva. É um avanço estratégico na proteção e no empoderamento feminino em Rondônia^[45].

Lei Ordinária nº 6.384/2026 - Lei de Isenção em Concursos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

A lei garante isenção na taxa de inscrição em concursos e processos seletivos estaduais para mulheres vítimas de violência doméstica em Rondônia. Para obter o benefício, a candidata deve apresentar comprovante de inquérito policial ou ação penal fundamentada na Lei Maria da Penha. A iniciativa visa promover a autonomia financeira e a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho^[46].

Lei Ordinária nº 6.385/2026 - Proteção de Informações Sensíveis dos Chefes dos Poderes do Estado

A lei estabelece critérios para a classificação de informações sensíveis sobre a segurança dos Chefes de Poder, seus familiares e equipes de apoio. Dados como agendas e rotas podem ser protegidos sob grau reservado por até cinco anos, garantindo a integridade institucional. O acesso aos órgãos de controle é assegurado em regime restrito, equilibrando transparência e segurança pública^[47].

Ações Institucionais

Atuação da Alero na redução de imposto sobre boi gordo

Em 10 de março entrou em vigor o Decreto 31.305/26^[48]. A medida fortalece a pecuária estadual com a redução do imposto sobre o boi gordo de 12% para 4%. O objetivo é corrigir distorções de mercado, ampliar a competitividade do setor e valorizar o trabalho dos produtores rurais de Rondônia^[49]. O decreto produz efeitos até 30 de junho de 2026.

Deputados da Alero recebem a Medalha do Mérito Marechal Rondon

Deputados da Alero foram condecorados com a Medalha do Mérito Marechal Rondon, a maior honraria do Governo de Rondônia, em cerimônia no Teatro Palácio das Artes. O reconhecimento destaca os relevantes serviços prestados ao Estado e a importância da atuação parlamentar na aprovação de projetos estratégicos. O governador Marcos Rocha enalteceu o papel da Assembleia Legislativa no desenvolvimento e fortalecimento das instituições públicas rondonienses^[50].

Alero no enfrentamento à violência de gênero

A Alero intensifica o combate à violência de gênero por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Procuradoria Especial da Mulher. Suas ações incluem a fiscalização de políticas públicas, o acolhimento de vítimas e a proposição de leis rigorosas contra agressores. O foco institucional é fortalecer a rede de proteção estadual e promover a conscientização social necessária para garantir direitos e segurança às mulheres rondonienses^[51].

Alero homenageia ministro do STJ

A Alero concedeu o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao ministro do STJ, Benedito Gonçalves. A honraria reconhece a trajetória do primeiro ministro autodeclarado negro da corte por uma Justiça mais humana e igualitária. Em seu discurso, o magistrado destacou a importância da colaboração entre os Poderes e seu novo compromisso com o povo rondoniense^[52].

Rondônia apresenta potencial da pesca esportiva em feira internacional

Rondônia destacou seu potencial para a pesca esportiva na feira internacional Pesca & Companhia Trade Show 2026, em São Paulo. Com apoio da Assembleia Legislativa, o estado apresentou seus rios e polos turísticos para atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico sustentável. A iniciativa foca na geração de renda para comunidades locais e no fortalecimento do turismo regional^[53].

Alero sedia o 1º Pacto do Legislativo de Rondônia

A Alero sediou o 1º Pacto do Legislativo de Rondônia, realizado pela Ucaver entre 24 e 27 de março. O evento reuniu 291 inscritos, entre vereadores e servidores, para capacitação em fiscalização, estratégia de mandato e comunicação política^[54]. Com apoio da Escola do Legislativo e Sebrae, a iniciativa fortaleceu a atuação parlamentar municipal por meio de ferramentas práticas e palestras de especialistas^[55].

Assembleia Legislativa e Escola do Legislativo Marcam Presença na 3ª Agrocom

A Alero marca presença na 3ª Agrocom, em Cerejeiras, de 9 a 12 de abril, promovendo o agronegócio regional. Por meio da Escola do Legislativo, a Assembleia oferece palestras gratuitas com especialistas sobre inovação e cooperativismo no estande institucional^[56].

Assembleia Legislativa lança plataforma de streaming

A Alero lançou as plataformas de streaming “Fala Deputado” e “Elero”^[57] para ampliar a transparência e o acesso aos serviços legislativos. O “Fala Deputado” permite acompanhar sessões e interagir com parlamentares, enquanto o “Elero” oferece cursos remotos da Escola do Legislativo. Os aplicativos já estão disponíveis para download em celulares, computadores e smart TVs^[58].

Assembleia Legislativa de Rondônia celebra 50 anos da PRF em Rondônia

A Assembleia Legislativa de Rondônia celebrou, os 50 anos da PRF no estado, homenageando servidores pioneiros com a Medalha de Mérito Legislativo^[59]. O evento resgata a trajetória histórica da instituição e reforça o compromisso da Alero em valorizar serviços essenciais à população. A ação reafirma o papel do Parlamento como “a amiga do rondoniense”, promovendo o reconhecimento público e a integração social em Rondônia^[60].

Compromisso da Alero com a inclusão

No Abril Azul, a Alero reforça seu compromisso com a inclusão ao destacar leis que amparam os 1,3% de rondonienses com autismo^[61]. Entre os avanços estão a validade indeterminada de laudos^[62] e o combate à violência institucional^[63]. A Assembleia também garante assentos preferenciais em comércios^[64] e investe em centros especializados via emendas. Essas ações consolidam o estado como referência na proteção de direitos e suporte às famílias atípicas.

Projeto Assembleia Cidadã recebe estudantes do Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra

A Alero realizou a 2ª edição do Projeto Assembleia Cidadã, recebendo estudantes do Instituto Carmela

Dutra para conhecer o funcionamento do Parlamento. Os jovens visitaram as instalações, acompanharam a sessão plenária e assistiram a palestras sobre a história de Rondônia e a divisão dos Três Poderes. A ação busca fortalecer o sentimento de pertencimento e o conhecimento político das novas gerações sobre a Casa de Leis^[65].

CPI do Leite avança na oitava de produtores sobre cadeia produtiva em Rondônia

A Alero avançou com as oitavas da CPI do Leite em Machadinho d'Oeste, ouvindo as demandas de produtores sobre a falta de transparência nos preços e a insegurança contratual. A comissão busca restaurar o equilíbrio e a viabilidade econômica da cadeia produtiva estadual. A atuação destaca o papel da Casa na fiscalização e no apoio direto ao desenvolvimento do setor agropecuário de Rondônia^[66].

<https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13821?display>

[39] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.377, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13822?display>

[40] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.378, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13823?display>

[41] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.379, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13824?display>

[42] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.380, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13825?display>

[43] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.381, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13826?display>

[44] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.382, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13827?display>

[45] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.383, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13828?display>

[46] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.384, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13829?display>

[47] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 6.385, de 30 de abril de 2026*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/13830?display>

[48] Governo do Estado de Rondônia. *Decreto nº 31.305, de 2 de março de 2026*. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2026/03/SEI_68713749 Decreto N_31.305_-_1.pdf

[49] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Medida que reduz imposto sobre o boi gordo entra em vigor em Rondônia*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/medida-que-reduz-imposto-sobre-o-boi-gordo-entra-em-vigor-em-rondonia>

[50] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Deputados recebem a mais alta honoraria do Governo de Rondônia em reconhecimento aos serviços prestados ao estado*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/deputados-recebem-a-mais-alta-honoraria-do-governo-de-rondonia-em-reconhecimento-aos-servicos-prestados-ao-estado>

[51] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Alero no enfrentamento à violência de gênero*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/alero-no-enfrentamento-a-violencia-de-genero>

[52] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Ministro do STJ recebe título honorífico da Assembleia Legislativa de Rondônia*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/ministro-do-stj-recebe-titulo-honorifico-da-assembly-legislativa-de-rondonia>

[53] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Rondônia apresenta potencial da pesca esportiva em feira internacional do setor*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/rondonia-apresenta-potencial-da-pesca-esportiva-em-feira-internacional-do-setor>

[54] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Pacto Legislativo reúne vereadores e servidores municipais na Alero*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/pacto-legislativo-reune-vereadores-e-servidores-municipais-na-alero>

[55] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Encontro de vereadores é aberto na Assembleia Legislativa com presença de autoridades*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/encontro-de-vereadores-e-aberto-na-assembly-legislativa-com-presenca-de-autoridades>

[56] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Agrocom começa nesta quinta-feira em Cerejeiras com programação voltada ao agro*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/agrocom-comeca-nesta-quinta-feira-em-cerejeiras-com-programacao-voltada-ao-agro>

[57] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Assembleia Legislativa lança plataforma de streaming nesta quarta-feira, 8*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/assembly-legislativa-lanca-plataforma-de-streaming-nesta-quarta-feira-8>

[58] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Assembleia Legislativa lança plataformas de streaming 'Fala Deputado' e Elero*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/assembly-legislativa-lanca-plataformas-de-streaming-fala-deputado-e-elero>

[59] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Assembleia Legislativa de Rondônia celebra 50 anos da PRF em Rondônia*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/assembly-legislativa-de-rondonia-celebra-50-anos-da-prf-em-rondonia>

[60] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Assembleia homenageia PRF pelos 50 anos de atuação e concede Medalha de Mérito Legislativo a pioneiros*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/assembly-homenageia-prf-pelos-50-anos-de-atuacao-e-concede-medalha-de-merito-legislativo-a-pioneiros>

[61] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Abril Azul chama atenção para mais de 2,4 milhões de brasileiros com autismo*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/abril-azul-chama-atencao-para-mais-de-24-milhoes-de-brasileiros-com-autismo>

[62] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 5.976, de 08 de janeiro de 2025*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/12472?display>

[63] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 5.973, de 19 de abril de 2024*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/12005>

[64] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Lei ordinária nº 5.978, de 08 de janeiro de 2025*. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/norma/12474?display>

[65] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Projeto Assembleia Cidadã recebe estudantes do Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/projeto-assembly-cidada-recebe-estudantes-do-instituto-estadual-de-educacao-carmela-dutra>

[66] Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. *Em Machadinho, CPI do Leite avança na oitiva de produtores sobre cadeia produtiva em Rondônia*. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/em-machadinho-cpi-do-leite-avanca-na-otiva-de-produtores-sobre-cadeia-produtiva-em-rondonia>